

Surdos e a educação: o impacto das políticas públicas e a necessidade de Intérpretes de Libras em escolas no Município de Bagé

Ana Paula da Silva Moreira

Universidade Federal do Pampa, anapdsm.aluno@unipampa.edu.br

Adriana Martins da Silva

Universidade Federal do Pampa, adridriika@gmail.com

Introdução

A inclusão de pessoas surdas no sistema educacional é um processo complexo que exige políticas públicas efetivas e o fornecimento de recursos apropriados. Em Bagé, cidade situada no Rio Grande do Sul, a situação dos estudantes surdos espelha os desafios e progressos encontrados em todo o Brasil. Este capítulo explora o papel das políticas públicas direcionadas à educação de surdos, com destaque para a função essencial desempenhada pelos intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) no ambiente escolar.

A presença de intérpretes de Libras é fundamental para uma Educação Inclusiva de qualidade, pois permite que os(as) alunos(as) surdos(as) tenham acesso ao conteúdo, possam expressar suas opiniões e interagir com seus pares e professores. Através desse recurso, é possível reduzir as barreiras de comunicação que frequentemente dificultam o aprendizado e a participação ativa desses estudantes no cotidiano escolar. Assim, a importância de um sistema educacional que ofereça apoio adequado é evidente, promovendo uma experiência de aprendizado mais justa e inclusiva para a comunidade surda usuária de Libras.

Metodologia

Este capítulo baseia-se nos estudos de autores que promovem e sustentam um diálogo relevante sobre os temas abordados neste referencial, os quais também servem de embasamento para as análises apresentadas no capítulo.

Políticas Públicas para a Educação de Surdos

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado de forma significativa na criação de políticas públicas voltadas para a inclusão de surdos no sistema educacional. Esse progresso resulta de um esforço contínuo para assegurar que todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades auditivas, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

Um marco fundamental nesse contexto é a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei estabelece direitos e garantias para pessoas com deficiência, abrangendo a educação em todos os níveis. Entre suas disposições, assegura a oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com recursos e serviços que promovam a participação plena e o aprendizado dos estudantes surdos.

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva busca transformar o sistema educacional para torná-lo verdadeiramente inclusivo. Essa política prevê a formação de professores e outros profissionais da educação para o trabalho com alunos com deficiência, adaptações curriculares para atender às suas necessidades e o uso de tecnologias assistivas que facilitem o aprendizado.

Há também iniciativas específicas para a comunidade surda. A Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi reconhecida oficialmente como meio legal de comunicação das comunidades surdas no Brasil através da Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, que determina, entre outras medidas, a inclusão de Libras nos currículos de formação de professores e fonoaudiólogos, além da presença de intérpretes em instituições de ensino.

Complementando essas iniciativas, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas para a inclusão de alunos com deficiência, incluindo surdos, no sistema educacional. Este plano destaca a importância da educação inclusiva e define diretrizes para criar um ambiente escolar acessível e acolhedor para todos.

As escolas bilíngues para surdos, que utilizam Libras e português escrito, também desempenham um papel essencial. Essas instituições garantem que os estudantes surdos desenvolvam plenamente suas habilidades linguísticas e acadêmicas.

Outro ponto crucial é a capacitação de educadores. Programas de formação continuada

para professores e intérpretes de Libras são essenciais para que os profissionais da educação estejam preparados para atender às necessidades específicas dos alunos surdos, promovendo um ambiente de ensino inclusivo e eficaz.

A tecnologia assistiva é outro recurso importante. Ferramentas como softwares educativos, aplicativos de tradução de Libras e dispositivos de amplificação sonora ajudam a reduzir barreiras de comunicação, facilitando o processo de aprendizagem.

Em suma, o Brasil tem feito avanços importantes na inclusão dos surdos na educação, com políticas públicas, legislações e iniciativas que visam tornar o ambiente educacional mais acessível e inclusivo. Esses esforços refletem o compromisso do país em garantir uma educação equitativa para todos os cidadãos.

A necessidade de Intérpretes de Libras com formação no município de Bagé

Um dos grandes desafios para a educação de surdos é a formação de profissionais capacitados para atuar como intérpretes de Libras. É essencial investir em cursos e programas de formação continuada para garantir a disponibilidade de intérpretes qualificados, além de assegurar que esses profissionais recebam uma remuneração justa e condições de trabalho adequadas.

Os intérpretes de Libras têm um papel crucial no processo educacional de alunos surdos, pois facilitam a comunicação entre professores e estudantes, permitindo que os alunos compreendam o conteúdo das aulas e se envolvam nas atividades escolares. Esses profissionais também são fundamentais para promover a socialização dos estudantes surdos com seus colegas ouvintes.

No contexto da educação para surdos, a utilização de duas línguas dentro da sala de aula — Libras e português — torna-se essencial. Para que isso se concretize, as universidades precisam adotar políticas pedagógicas que contemplem o ensino bilíngue, considerando a história educacional do aluno surdo desde a infância. Essa prática de bilinguismo está associada à biculturalidade e à convivência tanto na comunidade surda quanto na ouvinte, moldando traços importantes da identidade do aluno surdo. Lopes (2011) destaca que o bilinguismo é uma tarefa complexa e que, assim como o biculturalismo, exige esforço para navegar entre diferentes identidades em uma sociedade que frequentemente impõe padrões únicos.

Para Quadros (2004), Libras é um direito fundamental da pessoa surda, sendo uma língua que se adquire naturalmente pelo convívio com outros usuários de Língua de Sinais. Já a aquisição do português requer um processo sistemático. O ensino bilíngue exige que o currículo ofereça formação adequada para os professores e uma estrutura que permita o uso das duas línguas de forma inclusiva. A Lei nº 14.191/2021 fortalece essa abordagem ao modificar a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e reafirma o direito à educação bilíngue desde a educação básica até o ensino superior.

Para que o ensino bilíngue se concretize, é necessário investir na formação de profissionais

que atuarão com alunos surdos, garantindo o suporte que a legislação prevê. O Decreto nº 5.626/2005 assegura o direito a uma educação bilíngue para a comunidade surda, com professores bilíngues e classes específicas que utilizem Libras e português como línguas de instrução.

Embora as políticas públicas avancem, ainda é limitado o número de escolas que adotam o ensino bilíngue no Brasil, e o uso de Libras acaba restrito ao Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS). Com isso, surge a necessidade de discutir as distinções entre tradução e interpretação em Libras, já que ambas requerem habilidades distintas. Como explica Magalhães Jr. (2007), na tradução, o tempo é ditado pelo tradutor e o registro se dá por escrito, enquanto a interpretação é ditada pelo discurso e requer uma resposta imediata e oral.

A atuação do TILS exige um conjunto de conhecimentos pedagógicos específicos, levando em conta os aspectos culturais e identitários da comunidade surda. A prática de tradução e interpretação na modalidade visual-espacial requer uma habilidade excepcional de memorização, concentração e técnicas específicas para garantir que o conteúdo seja transmitido fielmente.

Com a Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000), o Brasil deu um importante passo ao promover a formação de intérpretes para a comunicação com pessoas com deficiência sensorial. Desde então, legislações como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 consolidaram a profissão de intérprete, com o reconhecimento oficial vindo com a Lei nº 12.319/2010. Hoje, a atuação dos TILS se estende para além da mediação em ambientes educacionais, alcançando eventos públicos, espaços de saúde e programas de televisão, entre outros.

É importante ressaltar que o TILS não apenas traduz e interpreta; ele também desempenha suas funções conforme o Código de Ética, que estabelece padrões de profissionalismo e conduta. Para a comunidade surda, esse profissional é um facilitador que precisa lidar com desafios constantes para assegurar uma comunicação eficaz e respeitosa.

A inclusão de estudantes surdos na educação básica exige a superação de barreiras comunicativas que afetam o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos. A LDB assegura o direito à Educação Inclusiva, promovendo a adaptação das escolas e universidades às necessidades específicas dos alunos surdos, para que todos possam aprender em um ambiente onde as diferenças são respeitadas e as oportunidades são iguais.

Em uma situação bilíngue ideal, todos seriam fluentes em língua de sinais e em português, dispensando a presença do TILS em sala de aula. O que permitiria que esse profissional pudesse empenhar-se em outras atribuições de suas atividades como tradução de textos acadêmicos da língua portuguesa para a Libras, a tradução dos textos dos alunos e o atendimento a outras demandas que assegurem o direito linguístico no âmbito em toda universidade (Paiva; Melo, 2021, p. 99-100).

Ao refletir sobre o conceito de educação inclusiva, é fundamental reconhecer que, segundo a Constituição Federal, a Educação é um direito assegurado a todos, incluindo as pessoas com deficiência

(BRASIL, 1988). Esse princípio abrange também a educação para pessoas surdas, o que nos leva a ampliar essa reflexão para atender às necessidades específicas desse grupo.

Conscientização e sensibilização para aprender a Libras e a complementação da inclusão dos alunos surdos em Bagé

Em Bagé, a demanda por intérpretes de Libras é alta, mas a oferta não atende plenamente essa necessidade. Muitos alunos surdos ainda enfrentam barreiras na comunicação devido à ausência de intérpretes em sala de aula. Esse déficit compromete a qualidade da educação recebida e limita as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento desses estudantes. Entende-se que há a necessidade de fornecer cursos de níveis básico, intermediário e avançado, de cunho presencial, pois os profissionais precisam seguir de acordo com as normas vigentes, cumprir com o código de ética profissional.

Os desafios estão em formar profissionais capazes de estar em sala de aula para o atendimento com alunos surdos e, de fato, cumprir com o papel de intérprete de libras. Há uma outra lacuna no ponto mais importante para que se tenha de fato a inclusão de alunos surdos na educação: falta de formação continuada para os professores e profissionais que atuam como intérpretes de Libras em sala de aula. Não há oferta de cursos que possam capacitar esses profissionais, o que acarreta na exclusão dos alunos e não há aprendizado.

No caso dos(as) estudantes surdos(as) brasileiros(as), é o TILS o profissional capacitado para mediar e viabilizar parte do processo educacional desde a Educação básica até o nível superior. Considerando as singularidades da surdez na perspectiva da educação inclusiva, mostramos os desafios envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, o que exige da inclusão conhecimentos que superam estratégias de apenas mudar a metodologia, por exemplo, mais um entrelace, a partilhar, de uma cultura e língua.

Considerando a regulamentação da educação inclusiva no Brasil, o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) garante ao sujeito surdo o ensino bilíngue. Ao tratar de inclusão escolar, se faz necessário pensar a diversidade; somos remetidos às ‘diferenças’, termo esse que nos faz buscar saber mais sobre a teoria e a prática docente; a alternativa para efetivar a inclusão está em transformar a estrutura educacional, buscando recursos e consolidando as políticas públicas. A educação inclusiva é exposta como um paradigma educacional que propõe uma reflexão histórica do quanto as pessoas com deficiências foram excluídas do sistema de ensino regular, considerando a dicotomia entre normal/anormal e as divisões que ocorreram entre ensino especial, classes especiais/escolas especiais e ensino comum, com vistas a todos estarem em classes comuns (PNEEPEI, 2008).

Nesse sentido, a educação inclusiva propõe deixar de lado o seletivismo e busca transformar o fazer pedagógico, voltando o olhar para o todo, sem distinção, e dentro desta transformação pensar a inclusão para o(a) estudante surdo(a), usuário da Língua de Sinais, para comunicar suas especificidades. Nesse sentido, a legislação vigente no Brasil em torno da inclusão de surdos(as) é

extensa e traz consigo o discurso, a participação dos(as) surdos(as) e um vasto histórico de lutas e conquistas que tornaram um marco na história da inclusão para este segmento.

Em Bagé, a implementação dessas políticas enfrenta desafios específicos. A cidade tem buscado adaptar-se às diretrizes nacionais, mas esbarra em limitações orçamentárias e na falta de profissionais qualificados. A presença de intérpretes de Libras nas escolas é crucial para a acessibilidade e o sucesso acadêmico dos estudantes surdos, mas a oferta desse serviço ainda é insuficiente. Atuar em sala de aula com alunos surdos, requer pensar na inclusão e acesso de fato desses alunos, pensar o plano político pedagógico para contemplar o desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social desses alunos surdos, focando nas experiências de exploração da língua e linguagem, proporcionando ações que possibilitem também às famílias o conhecimento da Libras, para contemplar especificidades dos alunos surdos.

Para promover a inclusão dos alunos com surdez, é fundamental capacitar tanto os professores quanto os Tradutores e Intérpretes de Libras. Essa formação é essencial para que se compreendam as especificidades linguísticas e socioculturais dos estudantes surdos, permitindo que as práticas pedagógicas atendam plenamente às suas necessidades.

Outro aspecto crucial é a conscientização da sociedade e da comunidade escolar sobre a importância da inclusão dos surdos. Campanhas de sensibilização podem ser poderosas para reduzir preconceitos e fomentar uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

Embora Bagé conte com uma escola polo para surdos, a acessibilidade para essa comunidade ainda é limitada em outras áreas. Em muitos casos, a falta de informação resulta na exclusão das pessoas surdas, uma vez que a comunicação simplesmente não acontece. É necessário divulgar e promover o aprendizado da Libras em escolas e espaços públicos, incentivando a sociedade a aprender essa língua. Assim, a interação entre ouvintes e surdos se tornará mais natural, e a inclusão será, de fato, uma realidade.

Avanços tecnológicos para a inclusão de surdos na educação

O uso de tecnologias assistivas é uma importante ferramenta para complementar o trabalho dos intérpretes de Libras, permitindo maior acessibilidade e inclusão de estudantes surdos. Ferramentas digitais, como aplicativos e plataformas de ensino a distância adaptadas, têm um papel fundamental na promoção de um ambiente educacional mais inclusivo. Esses recursos podem contribuir significativamente para o aprendizado ao oferecer soluções que rompem barreiras de comunicação, garantindo que os alunos surdos tenham acesso equitativo à informação.

A acessibilidade é essencial para promover a inclusão em ambientes universitários, possibilitando a participação ativa dos estudantes surdos e reconhecendo-os como sujeitos de direitos. Os estudos utilizados para a construção deste capítulo destacam a importância do uso de recursos materiais e tecnológicos na criação de novas metodologias de ensino, especialmente voltadas para o aprendizado da Língua Brasileira

de Sinais (Libras). Integrar tecnologia e inovação é crucial para garantir o direito linguístico dos surdos, o que inclui a utilização de tradutores e intérpretes de Libras em atividades disciplinares e aulas. Essas práticas não apenas superam barreiras linguísticas, mas também enriquecem a experiência educacional, promovendo uma compreensão mútua entre docentes e estudantes.

A produção de vídeos em Libras e a apresentação de conteúdos com recursos visuais, como slides e data-shows, são práticas essenciais para tornar o conteúdo acessível. É igualmente importante incluir a tradução para o português com áudio para que os estudantes surdos possam acessar o material de forma bilíngue. Essa abordagem permite que o conteúdo seja compreendido de maneira mais completa, assegurando que os alunos acompanhem as informações de forma eficaz.

Para garantir uma verdadeira inclusão, é essencial que o conteúdo seja transmitido de maneira clara e precisa. Isso pode envolver o uso de linguagem direta e simples, bem como a adição de recursos visuais complementares, como gráficos e ilustrações, que reforcem a comunicação. Ao adotar essas práticas, as instituições de ensino promovem um ambiente mais inclusivo, no qual os alunos surdos têm acesso igualitário às informações e podem participar plenamente das atividades educacionais.

Essa integração de recursos tecnológicos e métodos inclusivos beneficia não apenas os estudantes surdos, mas também a comunidade acadêmica como um todo, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade linguística e cultural. Ao facilitar a comunicação e a compreensão, as tecnologias assistivas desempenham um papel transformador na educação, assegurando que todos os alunos possam alcançar seu potencial máximo em um ambiente de aprendizagem verdadeiramente acessível.

Considerações finais

A educação de surdos em Bagé enfrenta desafios que refletem a realidade de muitas cidades brasileiras. A efetiva implementação de políticas públicas e a oferta adequada de intérpretes de Libras são elementos essenciais para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Investir na formação desses profissionais, conscientizar a sociedade e aproveitar os avanços tecnológicos são passos fundamentais para construir um sistema educacional que promova a equidade e a inclusão. Embora a jornada em direção à plena inclusão seja desafiadora, o esforço e o compromisso podem transformar a realidade dos estudantes surdos, assegurando-lhes as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento que seus colegas ouvintes.

É necessário reformular os currículos escolares para que promovam a comunicação, interação e participação dos estudantes com surdez, criando conteúdos que atendam a todos sem marginalizar nenhum aluno. Em um ambiente verdadeiramente inclusivo, o Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) assume um papel fundamental de mediação, auxiliando o professor no atendimento às necessidades linguísticas e de interação dos estudantes surdos. Contudo, é importante que o TILS não seja sobrecarregado com a responsabilidade de ensinar o conteúdo — essa função cabe ao professor, que deve garantir que o ensino

seja acessível, enquanto o TILS assegura a fidelidade na transmissão das informações.

A atuação do TILS vai além da simples mediação da comunicação. Esses profissionais precisam manter uma postura neutra e agir dentro dos parâmetros éticos de sua profissão, mas a inclusão plena exige mais do que isso. Ela requer o engajamento de todos os envolvidos no processo educacional do estudante surdo. O TILS não pode ser o único responsável pela inclusão; é preciso que professores, gestores, colegas e toda a comunidade escolar estejam engajados em promover um ambiente verdadeiramente acolhedor.

Para que o estudante com surdez tenha uma experiência escolar completa e significativa, ele deve poder acessar todos os setores da escola, compreender o conteúdo das aulas, buscar informações para estudar em casa, e preparar-se para provas com a mesma autonomia que os demais alunos. A atuação inclusiva do TILS é fundamental para a permanência desses estudantes em todos os níveis de ensino, e para que eles sejam vistos como parte integrante da escola — e não apenas como ‘o aluno do TILS’.

Adicionalmente, é fundamental incentivar o aprendizado da Língua de Sinais entre professores, alunos e funcionários da escola. Dessa forma, o estudante com surdez deixa de ser um aluno isolado e passa a ser um membro ativo da comunidade escolar. Uma escola que valoriza a comunicação em Libras promove uma inclusão autêntica, onde a interação entre surdos e ouvintes ocorre de maneira natural, e onde cada estudante, com ou sem deficiência, se sente parte de um ambiente acolhedor e igualitário.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de setembro de 2005. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 16 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais - LIBRAS**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16698-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva&category_slug=novembro-2008-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 set. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. **Secretaria de Educação e Formação Profissional**. Disponível em: <http://www.bage.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2024.